

IV fórum  Brasil

O HOMEM E A USINA

Transparência e Diálogo para
um Brasil com Energia



Objetivos

- **Apresentar alternativas para conciliar geração de energia e os interesses das comunidades locais**
- **Debater o remanejamento das populações de empreendimentos de energia**
- **Propor caminhos para o relacionamento direto e sem intermediários entre as famílias e os empreendedores de energia**

Programação

- **9h00 Painel I – Uma história de inclusão social**
 - O início de tudo
 - A preocupação com os não-proprietários
 - Transparência e diálogo
- **10h45 Intervalo**
- **11h15 Painel II - Uma história de inclusão social**
 - Recursos para estados e municípios
 - Recursos para o campo
 - Ampliando o diálogo
 - Os que não são diretamente atingidos
- **13h00 Encerramento**

Participantes

Sidney Rezende
Moderador

Claudio J. D. Sales
Presidente do Instituto Acende Brasil

Maria Isabel Braga
Banco Mundial, Especialista em Salvaguardas Ambientais e Sociais

José Moreira
Líder Comunitário

Analice de Novaes Pereira
Superintendente do Ibama em São Paulo

Célio Bermann
USP - Universidade de São Paulo, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia

Eduardo Sciarra
Deputado Federal

Márcia Camargo
Ministério das Minas e Energia, Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental

José Renato Rodrigues Ponte
Presidente do Consórcio Estreito Energia

Sandra Cureau
Ministério Público Federal, Subprocuradora-geral da República

Arnaldo Jardim
Deputado Federal

O início de tudo

1883

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Entra em operação a primeira usina hidrelétrica do Brasil, Ribeirão do Inferno em Diamantina (MG), com 0,5 MW de potência**
- **Apenas proprietários são indenizados com o alagamento de suas terras pela formação de reservatórios para geração de energia**

Atualmente, o Brasil possui uma potência instalada de 101,5 mil MW², que provocou o remanejamento de 200 mil famílias¹

Fontes: ¹ BERMANN, Impasses e controvérsias da hidreletricidade, 2007

² ANEEL, Banco de informações da Geração.

A preocupação com os não-proprietários

1983 – O PRIMEIRO REASSENTAMENTO

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Primeiro reassentamento de famílias não proprietárias impactadas por hidrelétrica. Na Lagoa São Paulo, Presidente Epitácio – SP. Possesores, meeiros e arrendatários passam a ser indenizados quando do alagamento de terras por eles cultivadas**
- **Em 1996, é estabelecido o acompanhamento do desenvolvimento social e econômico dos reassentamentos (monitoramento)**
- **Em 2005, é exigida a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR) para os reassentamentos implantados por hidrelétricas**

Principais formas de indenização

As famílias que têm de sair da área próxima aos empreendimentos têm três opções de indenização:

- **Em dinheiro**
- **Carta de Crédito ou auto-reassentamento: famílias que preferem buscar uma solução individual se responsabilizam pela procura de um imóvel com valor compatível ao da indenização a que têm direito**
- **Reassentamento Rural Coletivo: a família que opta por este benefício recebe um lote de terra preparado para exploração agrícola, com casa de alvenaria e galpão, abastecimento de água, energia elétrica e estrada de acesso à propriedade**

Formas de indenização

EXEMPLOS

Famílias remanejadas em três empreendimentos, por forma de indenização

	Campos Novos (SC)¹	Barra Grande (SC/RS)²	Peixe Angical (TO)³
Em dinheiro	449	959	320
Carta de Crédito	167	249	160
Reassentamento	81	193	98
Em área remanescente	62	5	21
Outras modalidades*	0	114	96
Total	759	1.520	695

* Permutas, aquisição de terra, aquisição de casa, aquisição de terra e casa, construção de casa em área urbana

Potência instalada (MW)	880	690	452
Famílias atendidas pela energia produzida	1.800.000	1.810.000	1.290.000

Fontes: ¹ ENERCAN, site do empreendedor www.enercan.com.br, 2008

² BAESA, site do empreendedor www.baesa.com.br, 2008

³ ENERPEIXE, comunicação pessoal com Antonio Luis Rodrigues, 2008

A preocupação com os não-proprietários

1983 – O PRIMEIRO REASSENTAMENTO

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

Propostas

- Definir previamente critérios socioeconômicos para indenização das famílias
- Criar mecanismos legais de atualização dos cadastros das famílias

A participação popular

1986 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS POPULARES

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Aprovada a Resolução Conama 001, que estabelece critérios para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e o mecanismo para realização de Audiências Públicas**
- **Constituída a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRAB) para representar os 80 municípios atingidos pelas usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho (SC/RS)**

A participação popular

1986 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS POPULARES

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

Proposta

- **Aprimorar a comunicação entre as famílias e empreendedores e antecipar ao máximo as informações sobre a chegada de um novo empreendimento à região**

Propostas para o debate

- 1. Definir previamente critérios socioeconômicos para indenização das famílias**
- 2. Criar mecanismos legais de atualização dos cadastros das famílias**
- 3. Aprimorar a comunicação entre as famílias e empreendedores e antecipar ao máximo as informações sobre a chegada de um novo empreendimento à região**

Programação

- **9h00 Painel I – Uma história de inclusão social**
 - O início de tudo
 - A preocupação com os não-proprietários
 - Transparência e diálogo
- **10h45 Intervalo**
- **11h15 Painel II - Uma história de inclusão social**
 - Recursos para estados e municípios
 - Recursos para o campo
 - Ampliando o diálogo
 - Os que não são diretamente atingidos
- **13h00 Encerramento**

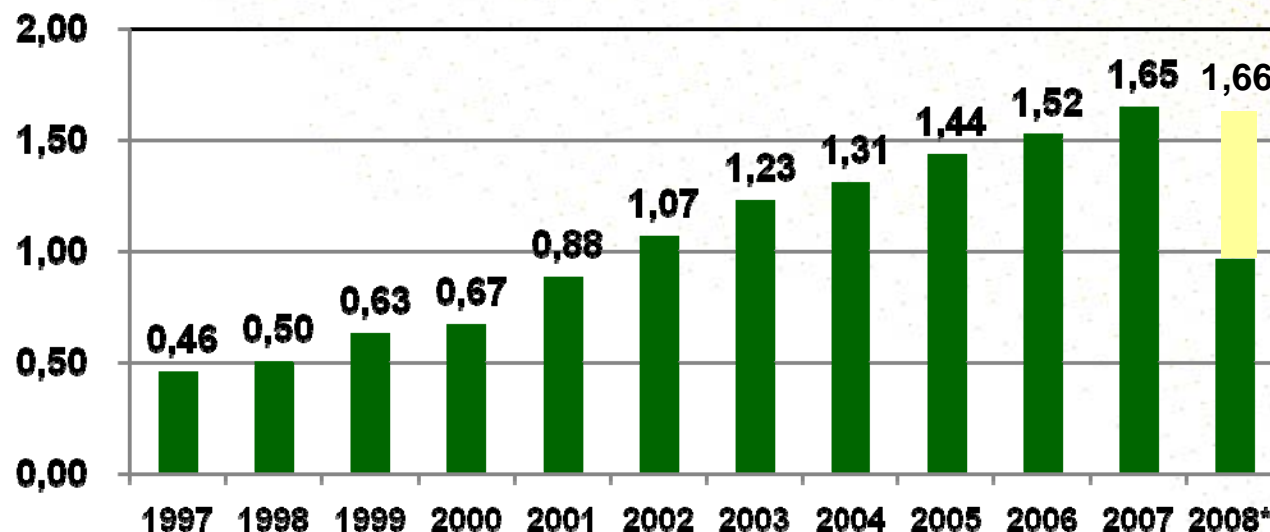
Uma nova Constituição

1988 – RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS, ESTADO E UNIÃO

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Instituída a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica**
- **Pela lei, as concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida à União, Estados e Municípios**

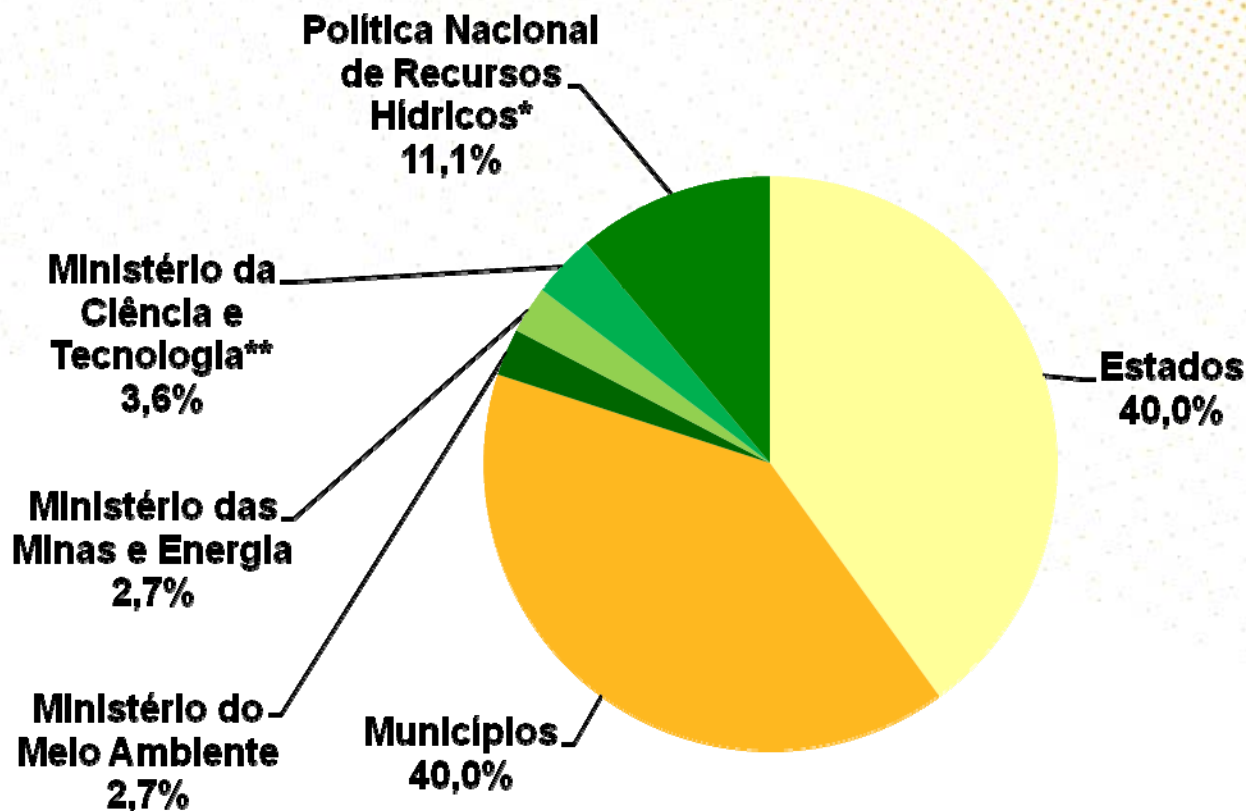
Compensação Financeira (bilhões de reais)



Fonte: ANEEL, Banco de informações da Geração, 2008

* Projeção pró-rata agosto - dezembro

Divisão dos recursos da Compensação Financeira



* Fundo administrado pelo Ministério de Meio Ambiente

** Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia

Uma nova Constituição

1988 – RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS, ESTADO E UNIÃO

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

Propostas

- Desenvolver planos diretores regionais e municipais para aplicação dos recursos da Compensação Financeira e criar mecanismos para seu cumprimento
- Dar transparência à aplicação dos recursos da Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e garantir o controle social desta verba
- Possibilitar que investimentos não previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA), realizados durante a construção do empreendimento sejam deduzidos do repasse da Compensação Financeira aos estados e municípios

Mais recursos financeiros para o campo

1998 – ESTENDIDO O PRONAF PARA REASSENTAMENTOS

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Estendido o crédito rural, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*, para reassentados do setor elétrico. Inicialmente este financiamento estava disponível apenas para assentados do Incra**
- **Em 2007 e 2008, foram enquadrados 43 reassentamentos no Pronaf. A expectativa é atender a 17 mil famílias reassentadas em função da construção de usinas**

* Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar conduzido pelo INCRA, que fornece crédito rural a produtores rurais com taxas de juros baixas e seguro contra perda da safra agrícola

Ampliando o diálogo

2003 – CRIADO O FORO DE NEGOCIAÇÃO

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Constituído o primeiro Foro de Negociação, em Tocantins, para a construção da usina hidrelétrica Peixe Angical.**
- **Sob a coordenação do Ibama, lideranças locais, Ministério Público, Ministério das Minas e Energia e representantes da Enerpeixe (consórcio responsável pela usina) buscam soluções de consenso para as questões relacionadas ao reassentamento de populações**

Ampliando o diálogo

2003 – CRIADO O FORO DE NEGOCIAÇÃO

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

Proposta

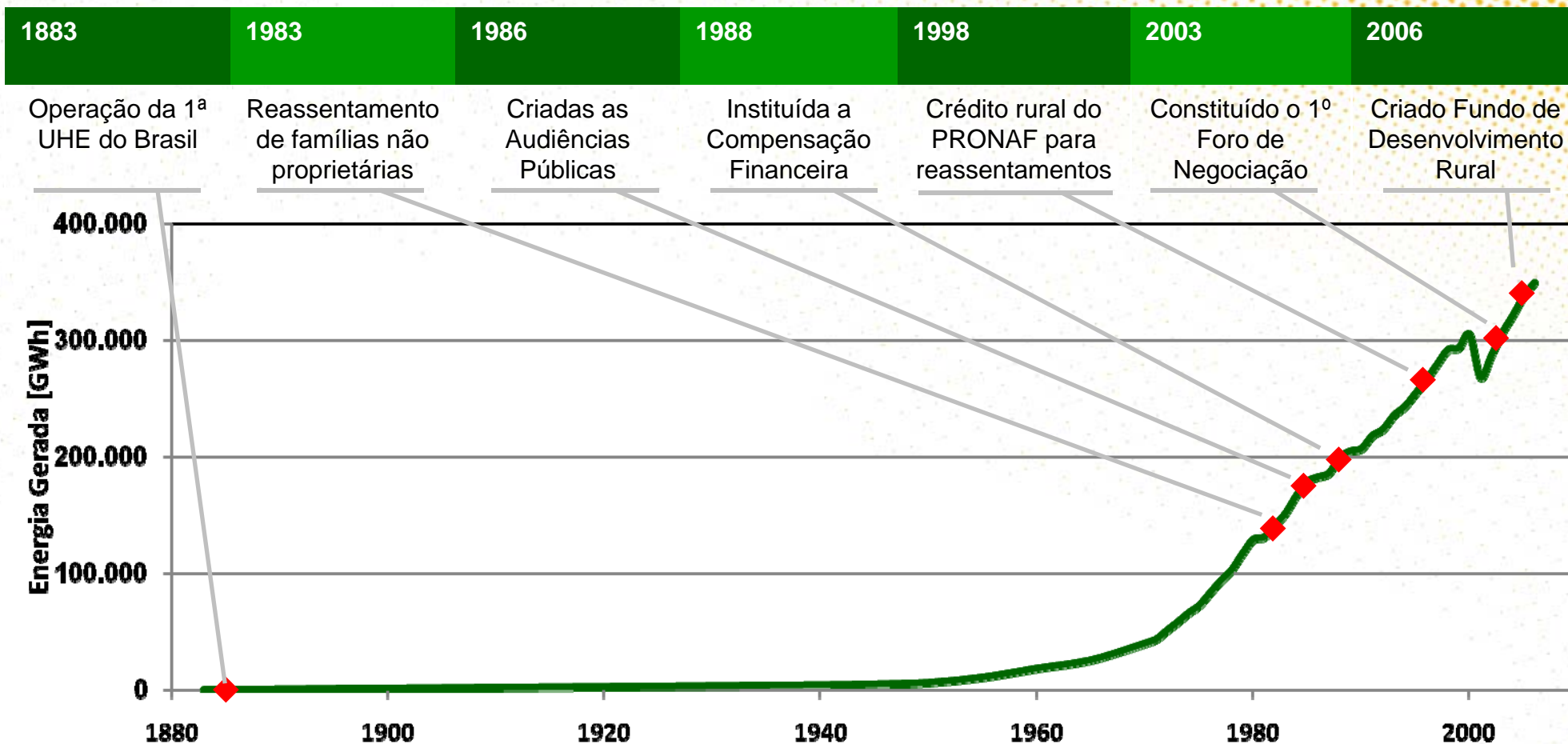
- **Interlocução direta, sem intermediários, entre famílias e empreendedores, com a participação do Ministério Público**

Os que não são diretamente abrangidos 2006 – FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

1883	1983	1986	1988	1998	2003	2006
Operação da 1ª UHE do Brasil	Reassentamento de famílias não proprietárias	Criadas as Audiências Públicas	Instituída a Compensação Financeira	Crédito rural do PRONAF para reassentamentos	Constituído o Foro de Negociação	Criado Fundo de Desenvolvimento Rural

- **Usina hidrelétrica Campos Novos (SC) e Sebrae fazem parceria inédita no setor. Criam o Fundo de Desenvolvimento Rural, a partir de recursos repassados a fundo perdido pela usina, com oferta de crédito para financiar produtores da região**
- **Os recursos repassados retornam ao Fundo e são direcionados para o financiamento de novos projetos, de modo a viabilizar a permanência desses produtores no campo**

Uma história de inclusão social



Fonte: EPE, Balanço Energético Nacional, 2007

Propostas para o debate

- 4. Desenvolver planos diretores regionais e municipais para aplicação dos recursos da Compensação Financeira e criar mecanismos para seu cumprimento**
- 5. Dar transparência à aplicação dos recursos da Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e garantir o controle social desta verba**
- 6. Possibilitar que investimentos não previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA), realizados durante a construção do empreendimento possam ser deduzidos do repasse da Compensação Financeira aos estados e municípios**
- 7. Interlocução direta, sem intermediários, entre famílias e empreendedores, com a participação do Ministério Público**